**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL E OUTRAS AVENÇAS**

entre

**ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.**

*como Fiduciante*

*e*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[=] de [=] de 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL E OUTRAS AVENÇAS**

O presente “*Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças*” (“Contrato”) é celebrado entre:

1. na qualidade de Fiduciante do Imóvel (conforme definido abaixo):

**ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, na Avenida Beira Mar 05, nº 2.900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 01.317.277/0001-05, e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”) sob o NIRE nº 42.3.00024180, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Fiduciante”);

1. na qualidade de Agente Fiduciário:

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada nos termos de seu contrato social, por seu representante legal devidamente autorizado e identificado nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”);

sendo a Fiduciante e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.

**Considerando que:**

1. Com o objetivo de obter financiamento para o desenvolvimento e implementação do Projeto (conforme abaixo definido), foram realizadas, em [=] de [=] de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora e, em [=] de [=] de 2021 a Reunião do Conselho Administração da Emissora, que deliberaram sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), conforme os termos, condições e características descritos no “*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie* *Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Itapoá Terminais Portuários S.A.*”, celebrado em [=] de [=] de 2021, entre a Fiduciante e o Agente Fiduciário (“Escritura de Emissão”);
2. Em 10 de janeiro de 2019, por meio do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças*” (“Contrato de Garantia Existente”), a Fiduciante concordou em ceder e transferir em alienação fiduciária o Imóvel (conforme definido abaixo) descrito na matrícula constante do Anexo II ao Contrato de Garantia Existente, em favor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e em favor da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., representante da totalidade dos debenturistas da terceira emissão de debêntures da Fiduciante (“Dívida Existente”).
3. observada a Condição Suspensiva (conforme abaixo definido), a Fiduciante é a legítima titular e possuidora direta do imóvel, sendo que, com exceção do ônus criado por meio em favor da Dívida Existente por meio do Contrato de Garantia Existente, o Imóvel (conforme definido abaixo) se encontra plenamente livre e desembaraçado de quaisquer ônus, dívidas ou dúvidas, tributos, impostos e/ou taxas em atraso, ou encargos, exceto, conforme mencionado acima, pela garantia constituída nos termos do presente Contrato;
4. para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias da Fiduciante a serem assumidas perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, no âmbito da Escritura de Emissão, conforme melhor descrita na definição de “Obrigações Garantidas” constante da Cláusula 1.1 abaixo, a Fiduciante se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, o Imóvel (conforme definido abaixo);
5. foram concedidas em benefício dos Debenturistas, além da garantia constituída por este Contrato, outra garantia para assegurar o integral cumprimento e pagamento das obrigações assumidas pela Emissora nos termos da Escrirutra de Emissão, conforme o “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças*”, celebrado nesta data e, em conjunto com este Contrato, “Contratos de Garantia”);
6. a constituição da garantia objeto do presente Contrato foi aprovada no âmbito das aprovações societárias da Fiduciante;

**RESOLVEM** as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, mediante os termos, cláusulas e condições a seguir.

Os termos utilizados no presente Contrato iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural) terão os respectivos significados indicados abaixo, ainda que posteriormente ao seu uso. Os termos que não sejam definidos de outra forma neste Contrato terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão.

# CLÁUSULA PRIMEIRADA CONSTITUIÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

* 1. Em garantia do fiel, pontual, correto e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Fiduciante na Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação, às obrigações (i) relativas a integral e pontual amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão), dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), dos Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão) e aos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aplicável; (ii) relativas a quaisquer outras obrigações assumidas pela Fiduciante na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, às obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação (conforme definido na Escritura de Emissão), ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário, à Agência de Classificação de Risco e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão; e (iii) de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a execução e a excussão de tais Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável (“Obrigações Garantidas”), a Fiduciante, por este Contrato e na melhor forma de direito, para os fins e efeitos do artigo 24 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”), a Fiduciante, pelo presente, de forma irrevogável e irretratável, aliena fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, nos termos das disposições da Lei 9.514/97 (“Alienação Fiduciária”) o Imóvel objeto da matrícula nº 25,656. do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá do Estado de Santa Catarina (“CRI de Itapoá”), devidamente descrito e caracterizado nas certidões atualizadas que constituem parte do Anexo II do presente Contrato, exceto pela área de marinha, de domínio da União, objeto das Inscrições de Ocupação cadastradas na Secretaria do Patrimônio da União (“SPU”) sob o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de n°s: [(a) 81150000065-03, com área de 330,00m 2; (b) 99850000002-43, com área de 480,00m2; (c) 99850000003-24, com área de 1.386,00m2; (d) 99850000040-79, com área de 1.155,00m2; (e) 99850000050-40, com área de 1.976,00m2; (f) 99850100002-89, com área de 6.125,84m2; (g) 99850100004-40, com área de 495,00m2; (h) 99850100020-60, com área de 568,70m 2; (i) 9985 0100021-41, com área de 582,30m2; (j) 9985 0100022-22, com área de 2.067,90m2; (k) 99850100023-03, com área de 602,00m2; (l) 99850100025-75, com área de 840,75m2; (m) 9985 0100026-56, com área de 275,00m2; (n) 9985 0100027-37, com área de 292,90m 2; (o) 9985 0100028-18, com área de 530,55m2; (p) 99850100029-07, com área de 1.377,68m2; (q) 99850100030-32, com área de 375,00m 2; (r) 99850100036-28, com área de 304,13m 2; (s) 99850100038-90, com área de 644,75m2; (t) 99850100039-70, com área de 596,74m2; (u) 9985 0100046-08, com área de 495,00m2; (“Direitos de Ocupação” e “Imóvel”)], para os fins e efeitos do inciso IV do artigo 24 da Lei 9.514/97. [**Nota MMSO**: Cia, favor confirmar RIPs]
		1. As Partes estabelecem, de comum acordo, que a Alienação Fiduciária garantirá parcela das Obrigações Garantidas limitada a R$ [=] ([=]) (“Parcela Garantida”), observado o disposto na Cláusula 1.1.2 abaixo.
		2. Na presente data, o Imóvel tem um valor de liquidação forçada de R$ [=] ([=]) (“Valor de Avaliação”), conforme avaliado pela [=] no Laudo Técnico de Avaliação n° [=], de [=] (“Laudo Inicial”).
		3. Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 02/19, o Agente Fiduciário poderá, às expensas das Alienantes, contratar empresa de avaliação para avaliar ou reavaliar, ou ainda revisar o laudo apresentado do Imóvel dado em garantia a qualquer momento, sem exigência de assembleia de investidores.
		4. As Partes declaram que o cálculo do montante da Parcela Garantida foi baseado no Valor de Avaliação, [descontando-se o valor depreciado do ["*Píer de Atracação de Ponte de Acesso*”] (conforme definido no Laudo Inicial), tendo em vista as seguintes premissas: (a) não devem ser incluídosno valor da Parcela Garantida benfeitorias sobre as quais um eventual comprador do Imóvel não poderia usufruir sem as licenças aplicáveis (tendo em vista que o Laudo Inicial adota como premissa que o Imóvel possui todas as licenças para instalação e operação no local); (b) não devem ser incluídos no valor da Parcela Garantida benfeitorias realizadas nas áreas de marinha, de domínio da união, sobre as quais a Fiduciante possui direitos de ocupação e os quais não fazem parte do Imóvel, e (c) aplicação sobre o valor de mercado um desconto de 30% (trinta por cento) para fins de obtenção de um valor de liquidação forçada, conforme aplicado pelo Laudo Inicial] (“Premissas da Parcela Garantida”).[**Nota MMSO**: Pendente de confirmação]
		5. O montante das Obrigações Garantidas que exceder ao valor da Parcela Garantida não será extinto com a execução da presente garantia, continuando a Fiduciante obrigada a satisfazê-la até que seja integralmente paga, observado o disposto na Cláusula 3.13 abaixo.
		6. O valor da Parcela Garantida, conforme estipulado na Cláusula 1.1.3 acima na data de assinatura deste Contrato, deverá ser ajustado mediante solicitação de qualquer das Partes nesse sentido, sujeito ao procedimento de reavaliação do Imóvel previsto na Cláusula 3.10 abaixo, e observadas as Premissas da Parcela Garantida para fins do cálculo do novo valor da Parcela Garantida. Em tal hipótese, as Partes deverão celebrar um aditamento ao presente Contrato de modo a ajustar o valor da Parcela Garantida.
		7. A Alienação Fiduciária abrange todas as acessões, melhoramentos, benfeitorias, construções e instalações já realizadas ou a serem realizadas no Imóvel, bem como todos os frutos e bens vinculados por acessão física, industrial ou natural, desde que não removíveis, e permanecerá em vigor pelo Prazo de Vigência (conforme definido abaixo).
	2. A Alienação Fiduciária em garantia objeto deste Contrato, assim como todas as obrigações aqui pactuadas, permanecerão íntegras e em pleno vigor até a data em que ocorrer um dos seguintes eventos (“Prazo de Vigência”): (a) o pleno e integral cumprimento integral das Obrigações Garantidas; ou (b) até que o Imóvel seja excutido e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tenham recebido o produto integral da excussão, de forma definitiva e incontestável.
	3. Fica assegurada à Fiduciante a livre utilização do Imóvel, por sua conta e risco, enquanto as Obrigações Garantidas estiverem sendo adimplidas, obrigando-se a Fiduciante a manter, conservar e guardar o Imóvel, pagar pontualmente todos os tributos, taxas e quaisquer outras contribuições ou encargos que incidam ou venham a incidir sobre ela ou que sejam inerentes à Alienação Fiduciária.
		1. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 27 da Lei 9.514/97, não haverá direito de retenção por benfeitorias, mesmo que estas sejam autorizadas pelos Debenturistas.
		2. Para os fins do disposto no artigo 24, IV da Lei 9.514/97, a Fiduciante declara que adquiriu o Imóvel conforme transcrito, o qual foi originário do imóvel adquirido conforme matrículas nº 754 e 25.373 do Livro 2/RG do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá do Estado de Santa Catarina.
		3. Sujeito à realização da Condição Suspensiva prevista na Cláusula 1.4 abaixo, a transferência da propriedade fiduciária do Imóvel opera-se com o registro da presente Alienação Fiduciária no Cartório de Registro de Imóveis competente e subsistirá até a efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.
			1. Mediante o registro deste Contrato no Cartório de Registro de Imóveis, nos termos previstos na Cláusula 3 abaixo, estará constituída a propriedade fiduciária sobre o Imóvel em nome do Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturitas, efetivando-se o desdobramento da posse e tornando-se a Fiduciante possuidora direta com direito à utilização do Imóvel, enquanto as Obrigações Garantidas estiverem sendo cumpridas, e os Debenturitas possuidores indiretos do Imóvel.
		4. Na hipótese de desapropriação total ou parcial do Imóvel, o Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas, como proprietários do Imóvel, ainda que em caráter resolúvel, serão os únicos e exclusivos beneficiários da prévia indenização paga pelo poder expropriante. Na qualidade de proprietários do Imóvel, o Agente Fiduciário poderá, isoladamente ou em conjunto com a Fiduciante, questionar em juízo ou fora deste o valor da indenização paga pelo poder expropriante, requerendo a sua majoração, se pertinente, hipótese na qual a Fiduciante compromete-se a cooperar com o Agente Fiduciário, conforme venha a ser solicitada.
	4. Uma vez recebidos pelo pelo Agente Fiduciário e/ou pela Fiduciante quaisquer valores nos termos previstos na Cláusula 1.2.4 acima, a Parte que receber tais valores deverá depositá-los na Conta Pré-Pagamento (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), devendo então ser utilizados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e dos Instrumentos Garantidos.
	5. Condição Suspensiva. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral, irrevogável e incontestável das Obrigações Garantidas, estando sua eficácia sujeita a condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e 125 e seguintes do Código Civil, sendo que passará a ser eficaz e exequível, independentemente de qualquer aditamento, notificação, assinatura de qualquer outro documento ou prática de qualquer outro ato por qualquer das Partes deste Contrato ou terceiros, mediante a confirmação (i) da liquidação integral das obrigações decorrentes da Dívida Existente, seja por meio de pré-pagamento ordinário ou de resgate antecipado total da 3ª Emissão de Debêntures e quitação do empréstimo bilateral (*Loan*) contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e/ou (ii) da emissão do termo de liberação aplicável, o que ocorrer primeiro, o que deverá ser comprovado por meio da apresentação, ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados de um dos eventos ora descritos, dos termos de quitação, relatório de encerramento ou termo de liberação, conforme for o caso, ou ainda qualquer outro documento emitido pelos respectivos credores da Dívida Existente (“Credores Itapoá”), com a finalidade de exonerar completamente a Fiduciante da Dívida Existente e liberação das garantias constituídas nos termos do Contrato de Garantia Existente, a serem emitidos pelos Credores Itapoá (“Condição Suspensiva” e “Termos de Quitação e Liberação”, respectivamente).
		1. Após a verificação da implementação da Condição Suspensiva, a Alienação Fiduciária constituída por meio deste Contrato será, para todos os fins de direito, considerada automaticamente eficaz e exequível.
	6. A Fiduciante fica obrigada a oferecer novos ativos aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em substituição à garantia constituída por meio deste Contrato, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados (i) do recebimento de intimação judicial ou notificação administrativa informando a ocorrência de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa sobre o Imóvel, ou (ii) da invalidação, inexequibilidade, insuficiência ou ineficácia do Imóvel, salvo se a Fiduciante comprovar que a eventual restrição sobre a garantia foi suspensa, interrompida, indeferida ou de qualquer outra forma afastada por decisão judicial dentro do referido prazo de 15 (quinze) Dias Úteis. (“Reforço ou Substituição de Garantia”).
		1. O Reforço ou Substituição de Garantia deverá ser implementado por meio de alienação e/ou cessão fiduciária em garantia de outros ativos e/ou direitos sem ônus, fiança, ou qualquer outro que venha a ser aceito pelos Debenturistas, a seu exclusivo critério, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim. No caso de reforço ou substituição da presente garantia, os novos bens e/ou direitos cedidos e/ou alienados fiduciariamente deverão ser constituídos nas condições e no prazo previsto conforme decisão dos Debenturistas e deverão ser (i) identificados em aditamento a ser celebrado entre as Partes, de forma e conteúdo aceitável aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário; ou (ii) dados em garantia por meio de celebração de um novo contrato em termos aceitáveis aos Debenturistas, procedendo-se, em qualquer caso, os respectivos registros nos mesmos prazos aqui estabelecidos.

# CLÁUSULA SEGUNDAAPERFEIÇOAMENTO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

2.1. Como parte do processo de constituição da Alienação Fiduciária em garantia objeto deste Contrato, a Fiduciante, se obriga a, às suas exclusivas expensas, conforme o caso:

1. em até 5 (cinco) dias da presente data e/ou da celebração de qualquer aditamento a este Contrato, promover a prenotação do presente Contrato e eventuais aditamentos no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Itapoá, Estado de Santa Catarina, mediante protocolo do pedido de registro;
2. fornecer documentos comprobatórios da prenotação do Contrato para fins de registro ao Agente Fiduciário dentro de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data descrita no item "(i)" acima; e
3. fornecer documentos comprobatórios do registro do Contrato ao Agente Fiduciário dentro de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de conclusão do registro pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.

2.2. Na hipótese de o Cartório de Registro de Imóveis competente fazer exigência para o registro do presente Contrato, a Fiduciante comunicará ao Agente Fiduciário para que este, em tempo hábil e em conjunto com a Fiduciante, possam (não sendo obrigados a) tomar as providências necessárias para o efetivo registro da presente Alienação Fiduciária, sem prejuízo dos prazos mencionado acima.

# CLÁUSULA TERCEIRAEXCUSSÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E DO LEILÃO EXTRAJUDICIAL [Nota MMSO: Pendente de confirmação pelos Coordenadores]

3.1. Observada a Condição Suspensiva, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado das Obrigações Garantidas, observado eventuais prazos de cura conforme disposto na Escritura de Emissão, ou no vencimento final das Debêntures sem que as mesmas tenham sido quitadas, nos termos da Escritura de Emissão (“Evento de Excussão”), os Debenturistas, mediante instruções do Agente Fiduciário nesse sentido, agindo diretamente ou por meio de quaisquer de seus procuradores, terão o direito de, conforme estabelecido no artigo 26, parágrafos 1º e 2°, da Lei 9.514/97, iniciar o procedimento de excussão da presente Alienação Fiduciária por meio da intimação da Fiduciante conforme descrito abaixo.

* + 1. Para fins do início dos procedimentos de intimação previstos na Lei 9.514/97 e em atendimento ao artigo 26, parágrafo 1°, da Lei 9.514/97, a Fiduciante será intimada para purgar a mora no prazo de 15 (quinze) dias contado do início do procedimento de excussão, mediante o pagamento do valor devido e não pago aos Debenturistas até a data do efetivo pagamento, que inclui os juros compensatórios, atualização monetária, multas, encargos moratórias e demais encargos e despesas de intimação, inclusive tributos e quaisquer outras contribuições.
		2. Em observância ao parágrafo 2º do Artigo 26 da Lei 9.514/97, fica estabelecido um prazo de carência de 3 (três) dias corridos, contados do recebimento, pela Fiduciante, de notificação escrita enviada pelo Agente Fiduciário, indicando a ocorrência de vencimento - ordinário ou antecipado - das Obrigações Garantidas. Com o término do prazo de carência, o Agente Fiduciário poderá iniciar os procedimentos de intimação previstos na Lei 9.514/1997 e detalhados nesta Cláusula.
		3. O simples pagamento das Obrigações Garantidas vencidas, sem atualização monetária e os demais acréscimos moratórios, não exonerará a responsabilidade de liquidar o saldo de tais Obrigações Garantidas, permanecendo a mora para todos os efeitos legais, contratuais e da excussão iniciada.

3.1.8. O procedimento de intimação para pagamento obedecerá aos seguintes requisitos:

(i) a intimação será requerida pelos Agente Fiduciário ao Oficial do Serviço de Registro de Imóveis, indicando o valor das Obrigações Garantidas vencidas e não pagas, os juros convencionais, as penalidades cabíveis e demais encargos contratuais e legais;

(ii) a diligência de intimação será realizada pessoalmente pelo Oficial do Serviço de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária onde se localize o Imóvel, podendo, a critério de tal Oficial, vir a ser realizada por seu preposto ou através do Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da situação do Imóvel, ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou, ainda, pelo correio, com aviso de recebimento a ser firmado pessoalmente pelo representante legal da Fiduciante ou por procurador regularmente constituído;

(iii) a intimação será feita à Fiduciante, a seus representantes legais ou a procurador regularmente constituído;

(iv) se o destinatário da intimação se encontrar em local incerto e não sabido, ou se se furtar ao recebimento da intimação, tudo certificado pelo Oficial do Serviço de Registro de Imóveis ou pelo de Títulos e Documentos, ou caso não seja encontrado após 3 (três) diligências consecutivas, competirá ao primeiro promover sua intimação por edital, publicado por 3 (três) dias, ao menos, em um dos jornais de maior circulação no local do Imóvel; e

(v) a Fiduciante poderá efetuar a purgação da mora aqui referida:

(a) entregando, em dinheiro, ao Oficial do Serviço de Registro de Imóveis competente o valor necessário para a purgação da mora; ou

(b) entregando ao Oficial do Serviço de Registro de Imóveis competente cheque administrativo, emitido por banco comercial, intransferível por endosso e nominativo aos Debenturistas ou a quem expressamente indicado na intimação, no valor necessário para purgação da mora, exceto o montante correspondente à cobrança e intimação, que deverá ser feito diretamente ao Oficial do Serviço de Registro de Imóveis competente. Na hipótese contemplada pelo item (b), a entrega do cheque ao Oficial do Serviço de Registro de Imóveis será feita sempre em caráter pro solvendo, de forma que a purgação da mora ficará condicionada ao efetivo pagamento do cheque pela instituição financeira sacada. Recusado o pagamento do cheque, a mora será tida por não purgada, podendo o Agente Fiduciário requerer que o Oficial do Serviço de Registro de Imóveis certifique que a mora não restou purgada e promova a consolidação, em nome do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, da propriedade fiduciária do Imóvel.

3.1.9. Purgada a mora perante o Serviço de Registro de Imóveis, esta Alienação Fiduciária se restabelecerá, caso em que, nos 3 (três) dias seguintes, o Oficial do Serviço de Registro de Imóveis entregará ao Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, as importâncias recebidas, cabendo à Fiduciante o pagamento das despesas de cobrança e intimação.

3.1.10. Em não se tratando da hipótese de exigência imediata da totalidade das Obrigações Garantidas, eventual diferença entre o valor objeto da purgação da mora e o devido no dia da purgação deverá ser paga pela Fiduciante juntamente com os demais débitos que eventualmente vencerem após a purgação da mora no Serviço de Registro de Imóveis competente .

3.1.11. O não pagamento de qualquer valor devido pela Fiduciante, depois de devidamente comunicada nos termos supra, bastará para a configuração da mora, observados eventuais períodos de cura previstos nos Instrumentos Garantidos.

3.2. Caso não haja a purgação da mora em conformidade com o disposto acima, o Agente Fiduciário poderá, mediante a apresentação dos comprovantes de devido recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e do laudêmio, conforme o caso, requerer ao Oficial do Serviço de Registro de Imóveis que certifique o decurso in a/bis do prazo para purgação da mora e consolide, em nome do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a propriedade plena do Imóvel, contando, a partir do registro da consolidação, o prazo para a realização dos leilões extrajudiciais previstos no presente Contrato.

3.3. A Fiduciante concorda que o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, terá o direito (mas não a obrigação) de, diretamente ou por meio de quaisquer procuradores, agir em nome da Fiduciante para:

(a) independentemente da ocorrência de um Evento de Excussão da Alienação Fiduciária, exercer todos os atos necessários à conservação e defesa dos direitos e obrigações da Fiduciante, nos termos e em decorrência do Imóvel, incluindo, mas não se limitando a, firmar qualquer documento e praticar qualquer ato em nome da Fiduciante relativo à garantia instituída pelo presente Contrato, na medida em que seja o referido ato ou documento necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a referida garantia, bem como aditar este Contrato para tais fins; bem como (b) em caso de execução da presente Alienação Fiduciária, transmitir todos os Direitos de Ocupação ao Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, ou a terceiro indicado pelo Agente Fiduciário.

3.4. Os direitos descritos nesta Cláusula são adicionalmente conferidos ao Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, em conformidade com a procuração pública outorgada de forma irrevogável e irretratável nos termos do Anexo III a este Contrato, que poderá ser substabelecida pelos Credores, no todo ou em parte, com ou sem reserva. Tal procuração é outorgada como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações no mesmo estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”). Tal procuração deverá ser mantida válida e eficaz pelo Prazo de Vigência.

3.5. Na máxima extensão permitida pela lei aplicável e consistente com a natureza das Obrigações Garantidas e disposições do presente Contrato ou dos Instrumentos Garantidos, a Fiduciante neste ato renuncia, em favor do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a qualquer privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e integral exequibilidade da garantia instituída pelo presente ou o exercício pelo Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, de quaisquer direitos que lhes sejam assegurados nos termos deste Contrato, dos Instrumentos Garantidos e da lei aplicável.

3.5.1. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, desta Alienação Fiduciária com a garantia real outorgada no âmbito do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças*, celebrado nesta data, podendo os Credores executar a totalidade ou uma delas a seu exclusivo critério, para os fins de amortizar ou liquidar integralmente as Obrigações Garantidas.

3.6. Leilão Extrajudicial. Uma vez consolidada a propriedade, conforme o caso, do Imóvel em nome do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, o Imóvel deverá ser alienado pelos Agente Fiduciário a terceiros, com observância do procedimento previsto no artigo 27 da Lei 9.514/97 e demais dispositivos legais vigentes aplicáveis ao caso, da seguinte forma:

(i) a alienação far-se-á sempre por leilão público, extrajudicialmente;

(ii) o primeiro leilão público será realizado dentro de 30 (trinta) dias contados da data do registro da consolidação da propriedade, conforme o caso, em nome dos Debenturitas, devendo o Imóvel ser ofertado no primeiro leilão pelo Valor de Avaliação, ou pelo Valor de Reavaliação (conforme previsto na Cláusula 3.11 abaixo), ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei 9.514/97 (“Primeiro Leilão”);

(iii) não havendo oferta em valor igual ou superior ao Valor de Avaliação ou Valor de Reavaliação no Primeiro Leilão (conforme item (ii) acima), o Imóvel será ofertado em segundo leilão, a ser realizado dentro de 15 (quinze) dias contados da data do Primeiro Leilão, tendo como valor mínimo a soma do valor da Dívida (conforme definido na Cláusula 3.11 abaixo) e do valor das Despesas (conforme definido na Cláusula 3.12 abaixo), tudo conforme previsto no artigo 27, parágrafos 2° e 3°, da Lei 9.514/97 (“Segundo Leilão” e, em indistintamente com o Primeiro Leilão, “Leilão”).

3.7. Os Leilões serão anunciados mediante edital único, publicado por 3 (três) dias, ao menos, em um dos jornais de maior circulação do local do Imóvel. A Fiduciante será comunicada por correspondência, na forma prevista na Lei 9.514/97, endereçada ao endereço previsto na Cláusula 7.1 abaixo acerca das datas, locais e horários de realização dos Leilões.

3.8. Após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, e até a data da realização do Segundo Leilão, é assegurado à Fiduciante o direito de preferência para adquirir o Imóvel, nos termos do art. 2°-B da Lei 9.514/97.

3.9. Nos dias 15 (quinze) de junho de cada ano, a Fiduciante deverá enviar ao Agente Fiduciário, às custas da Fiduciante, um laudo de avaliação atualizado do Imóvel, elaborado por uma das seguintes empresas de avaliação: Consult Soluções, Fourwert Consultoria, Cushman & Wakefield, Planconsult, Approval, DLR, Civiltrix, CBRE, Agrotools, Capital Bens, ou outra empresa escolhida de comum acordo entre as Partes; de forma a arbitrar o novo e efetivo valor do Imóvel para fins de Leilão (“Valor de Reavaliação”). Tal avaliação será feita pelo critério de venda imediata, considerando um cenário de excussão de garantia, sendo os honorários da empresa de avaliação integralmente custeados pela Fiduciante.

3.10. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.9 acima, o Agente Fiduciário deverá, no dia 15 de abril de cada ano, comunicar a Fiduciante (com cópia ao Agente Fiduciário) a respeito de sua obrigação fornecer o novo laudo de avaliação do Imóvel, observado que o descumprimento deste dever pelo Agente Fiduciário não exonerará a Fiduciante da sua obrigação de fornecer o laudo atualizado.

3.11. Para fins do Segundo Leilão, o termo “Dívida” significa a soma das seguintes quantias:

(i) valor da Parcela Garantida, nele incluídas as prestações não pagas, atualizado monetariamente pro rata die até o dia do leilão, bem como das penalidades moratórias, encargos e despesas abaixo elencadas;

(ii) despesas, serviços e utilidades referentes ao Imóvel, como água, luz e gás (valores vencidos e não pagos à data do leilão), se for o caso;

(iii) Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, foro e outros tributos ou contribuições eventualmente incidentes (valores vencidos e não pagos à data do leilão), se for o caso;

(iv) qualquer outra contribuição social ou tributo incidente sobre qualquer pagamento efetuado pelos Debenturitas, mediante instruções do Agente Fiduciário e adiantamento de recursos por estes, em decorrência da intimação e da alienação em leilão extrajudicial e da entrega de qualquer quantia à Fiduciante;

(v) imposto de transmissão (ITBI e laudêmio) que eventualmente tenha sido pago pelos Debenturistas, mediante instruções do Agente Fiduciário e adiantamento de recursos por estes, em decorrência da consolidação da plena propriedade pela mora ou inadimplemento das Obrigações Garantidas; e

(vi) despesas com a consolidação da propriedade em nome do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas.

3.12. Para fins de qualquer Leilão, o termo "Despesas" significa o equivalente à soma dos valores despendidos para a realização do público leilão, neles compreendidos, entre outros:

(i) os encargos e custas de intimação da Fiduciante;

(ii) os encargos e custas com a publicação de editais e realização do Leilão;

(iii) os encargos legais, incluindo tributos;

(iv) a comissão do leiloeiro; e

(v) despesas comprovadas que venham a ser incorridas pelos Debenturistas, mediante instrução do Agente Fiduciário nesse sentido e adiantamento de recursos por estes, o que será devidamente comprovado aos Debenturistas, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão do presente Contrato.

3.13. Caso o valor de venda no Leilão seja maior que o valor da Dívida e das Despesas, em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos recursos, os Debenturistas, depositarão a importância que sobejar (depois de deduzidos os valores da Dívida e das Despesas) na Conta Pré-Pagamento (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), tendo em vista a cessão fiduciária de tal importância pela Fiduciante ao Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas.

3.14. Se, no Segundo Leilão, o maior lance oferecido não for igual ou superior ao valor da Dívida acrescido das Despesas, considerar-se-ão extintos os montantes referentes à Parcela Garantida, e exonerados o Debenturistas da obrigação de que trata a Cláusula 3.13 acima, hipótese em que a Fiduciante ficará integralmente liberada das obrigações assumidas no âmbito deste Contrato, ficando certo e ajustado que o Debenturistas ficarão exonerados da obrigação de restituição de qualquer quantia, a que título for, em favor da Fiduciante, sempre subsistindo a responsabilidade da Fiduciante pela integral liquidação das Obrigações Garantidas, a qualquer tempo, em favor dos Debenturistas.

3.15. Em não ocorrendo a restituição da posse do Imóvel no prazo e forma ajustados, os Debenturistas, os respectivos adquirentes em leilão ou posteriormente, poderão requerer a imediata reintegração judicial de sua posse, declarando-se a Fiduciante ciente de que, nos termos do artigo 30 da Lei 9.514/1997, a reintegração será concedida liminarmente, com ordem judicial, para desocupação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, cumulada, se for o caso, com cobrança do valor da taxa diária de ocupação fixada judicialmente, nos termos do art. 37-A da Lei 9.514/1997, e demais despesas previstas neste Contrato.

3.16. Após a realização infrutífera dos 2 (dois) Leilões, conforme previsto nesta Cláusula, resultando na consolidação da propriedade do Imóvel dada em garantia em nome do Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, não haverá nenhum direito de indenização pelas benfeitorias e eventual saldo que sobejar do valor de posterior venda do Imóvel. Fica o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, desde já autorizado a realizar a venda do Imóvel, sem qualquer ingerência da Fiduciante.

3.17. Com o pagamento da Dívida e das Despesas, resolve-se, nos termos do art. 25 da Lei 9.514/1997, a presente Alienação Fiduciária do Imóvel.

3.18. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de liquidação da Dívida e das Despesas, o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, fornecerá o respectivo termo de quitação à Fiduciante.

3.19. À vista do termo de quitação de que trata a Cláusula 3.18 acima, o oficial do competente Registro de Imóveis efetuará o cancelamento do registro da Alienação Fiduciária.

# CLÁUSULA QUARTAOBRIGAÇÕES ADICIONAIS

4.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e na Escritura de Emissão, conforme aplicável, durante o Prazo de Vigência, a Fiduciante se obriga, nos seguintes termos, a:

1. observada a Condição Suspensiva, manter a Alienação Fiduciária objeto deste Contrato existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, durante todo o Prazo de Vigência, sem qualquer restrição, ou imposição de condição, bem como manter o Imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos ou gravames;
2. comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência do respectivo evento, qualquer acontecimento que possa depreciar a eficácia da Alienação Fiduciária constituídas por meio deste Contrato;
3. defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa prejudicar a Alienação Fiduciária em garantia objeto deste Contrato, o Imóvel, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere esta alínea em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da notificação (ou citação) do respectivo ato, ação, procedimento ou processo;
4. indenizar, defender, eximir, manter indene e, quando aplicável, reembolsar os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em relação a todos e quaisquer prejuízos, indenizações, responsabilidades, danos, desembolsos, adiantamentos, tributos ou despesas (inclusive honorários e despesas de advogados externos, excetuado lucros cessantes) razoáveis e comprovadamente pagos ou incorridos pelos Debenturistas, decorrentes do descumprimento, pela Fiduciante, das Obrigações Garantidas e/ou descumprimentos relacionados ao presente Contrato;
5. pagar ou fazer com que sejam pagos (antes da incidência de quaisquer multas, penalidades, juros ou despesas) todos os tributos presentes ou futuramente incidentes sobre o Imóvel e todas as despesas que, caso não sejam pagas, possam constituir um ônus ou gravame sobre o Imóvel;
6. observada a Condição Suspensiva, com relação ao Imóvel e/ou qualquer dos direitos a eles inerentes, (i) não alienar, vender, ceder, permutar, dar em comodato, emprestar, locar, arrendar ou dar em pagamento o Imóvel em desacordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, conforme aplicável; (ii) não constituir qualquer novo ônus com a exceção dos ônus constituídos nos termos deste Contrato, observada a Condição Suspensiva e eventuais hipóteses permitidas nos termos da Escritura de Emissão; (iii) não outorgar qualquer outra procuração ou documento semelhante com os mesmos poderes previstos no Anexo III deste Contrato; (iv) não restringir ou diminuir a garantia e os direitos criados por este Contrato; e (v) não permitir que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico sem a aprovação prévia dos Debenturistas, conforme deliberação dos mesmos.
7. não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, prejudicar o cumprimento, pela Fiduciante, das condições da Alienação Fiduciária em garantia objeto deste Contrato;
8. não praticar qualquer ato que possa invalidar, restringir, limitar e/ou alterar a Procuração e/ou os poderes outorgados nos termos deste Contrato;
9. adotar todas as medidas necessárias para o devido registro deste Contrato e seus eventuais aditamentos nos termos e prazos aqui estipulados;
10. tratar qualquer sucessor do Agente Fiduciário como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais documentos relacionados às Debêntures e a este Contrato, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, nos termos dos documentos relacionados às Debêntures e a este Contrato;
11. em caso de ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, no âmbito da Escritura de Emissão, conforme aplicável, não obstar quaisquer atos que sejam necessários ou convenientes à excussão desta garantia conforme estabelecido neste Contrato;
12. efetuar o Reforço ou Substituição de Garantia necessário, nos prazos e formas previstos na Cláusula 1.5 acima;
13. expressamente renunciar a qualquer prerrogativa legal ou direito contratual que eventualmente detenha, que: (i) seja contrária à constituição da presente Alienação Fiduciária, de acordo com este Contrato; (ii) possa prejudicar o exercício de quaisquer direitos dos Debenturistas; ou (iii) impeça a Fiduciante de cumprir as obrigações contraídas no presente Contrato;
14. mencionar em suas demonstrações financeiras a presente Alienação Fiduciária, na medida exigida e em estrita observância às normas contábeis em vigência a elas aplicáveis, conforme previsto neste Contrato;
15. reembolsar o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, e /ou os Debenturistas, conforme aplicável, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da solicitação do Agente Fiduciário nesse sentido, por todos os custos e despesas razoáveis e comprovadamente incorridos na preservação dos respectivos direitos dos Debenturistas sobre o Imóvel e no exercício ou execução de quaisquer dos direitos nos termos deste Contrato, bem como por todos os custos e despesas comprovadamente incorridos em eventual registro deste Contrato e de seus eventuais aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
16. comunicar ao Agente Fiduciário o proferimento de qualquer sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e ajuizamento de novas ações, em relação a qualquer ação que afete ou possa afetar, de forma substancial e relevante, a Alienação Fiduciária ora outorgada;
17. manter o Imóvel segurado por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para o valor do bem e de acordo com as melhores práticas de mercado do setor no Brasil, devendo disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia dos documentos relacionados a tais seguros em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação;
18. manter o Imóvel em sua posse mansa e pacífica, livre e desembaraçado de (a) quaisquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima), com exceção da Alienação Fiduciária ora constituída, observado o implemento da Condição Suspensiva, (b) na medida do razoavelmente possível, de quaisquer ações de arresto, sequestro ou penhora; bem como comunicar ao Agente Fiduciário imediatamente após tomar ciência a ocorrência de qualquer dos eventos mencionados neste item em relação ao Imóvel ou de qualquer evento que acarrete ou possa acarretar a depreciação do Imóvel;
19. manter o Imóvel em perfeito estado de segurança e utilização;
20. manter a posse direta do Imóvel, protegendo-o inclusive contra turbação e esbulho por meio de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;
21. não celebrar contratos de parceria para exploração do Imóvel ou outro contrato de arrendamento além dos descritos neste Contrato, que não sejam em termos substancialmente semelhantes àqueles praticados pelo mercado, e prévia e expressamente aprovados pelos Debenturistas;
22. fornecer ao Agente Fiduciário, em um prazo de 10 (dez) dias após a celebração deste Contrato e/ou de qualquer aditivo, cópias dos documentos comprobatórios;
23. tomar todas as medidas de forma a realizar a pontual quitação da Dívida Existente, e solicitar a subsequente emissão dos Termos de Quitação e Liberação pelos Credores Itapoá.

4.2. A Fiduciante, à sua próprias expensa, celebrará, os documentos e instrumentos adicionais necessários que venham a ser exigidos para permitir que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, proteja os direitos ora constituídos no que diz respeito ao Imóvel, no todo ou em parte, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente Contrato.

# CLÁUSULA QUINTADECLARAÇÕES DA FIDUCIANTE

5.1. Em complemento as declarações e garantias prestadas nos demais documentos correlatos à Escritura de Emissão e a este Contrato, a Fiduciante, neste ato, faz as seguintes declarações perante os Debenturistas:

1. a Fiduciante é a legítima titular e proprietária do Imóvel, os quais, com exceção do ônus constituído por meio do Contrato de Garantia Existente, se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, alienação, caução, penhor, encargos ou gravames de qualquer natureza, não existindo contra a Fiduciante qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, observada a Condição Suspensiva;
2. a Fiduciante é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, e possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este Contrato, outorgar mandato a terceiros, inclusive o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, e cumprir as obrigações por ela assumidas neste Contrato, bem como obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, para a celebração deste Contrato;
3. a celebração deste Contrato, o cumprimento de suas obrigações previstas neste documento e a constituição da presente alienação fiduciária: (1) não infringem ou contrariam o estatuto social da Fiduciante; (2) não infringem ou contrariam qualquer contrato ou documento no qual a Fiduciante sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, observada a Condição Suspensiva, no que se refere à liberação do ônus constituído em favor dos Credores Itapoá, no âmbito do Contrato de Garantia Existente; e/ou (3) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos que vinculem ou afetem a Fiduciante, observada a Condição Suspensiva, no que se refere à liberação do ônus constituído em favor dos Credores Itapoá, no âmbito do Contrato de Garantia Existente; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bens da Fiduciante (exceto os ônus decorrentes da constituição da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, observada a Condição Suspensiva, no que se refere à liberação do ônus constituído em favor dos Credores Itapoá, no âmbito do Contrato de Garantia Existente); ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (4) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiduciante (e/ou suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos, incluindo, sem limitação, as normas aplicáveis que versam sobre direito público e administrativo; e (5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiduciante ou quaisquer de seus bens e propriedades;
4. observada a Condição Suspensiva, não é necessária a obtenção de qualquer aprovação, ou quaisquer outros consentimentos, aprovações ou notificações com relação à criação e manutenção da alienação fiduciária sobre o Imóvel de acordo com este Contrato, ou à assinatura e cumprimento do presente Contrato;
5. os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiduciante, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
6. mediante o registro e averbação deste Contrato e de seus eventuais aditamentos, conforme previsto na Cláusula 2.1 acima, e observada a Condição Suspensiva, a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato será devidamente constituída e válida nos termos da regulamentação aplicável, observados os termos e condições aqui estabelecidos, constituindo em favor dos Debenturistas um direito real de garantia de primeiro e único grau, válido, eficaz, exigível e exequível perante quaisquer terceiros sobre o Imóvel;
7. ressalvados os registros mencionados na alínea “f” acima e observada a Condição Suspensiva, no que se refere à liberação do ônus constituído em favor dos Credores Itapoá, no âmbito do Contrato de Garantia Existente, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou junto a qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e cumprimento deste Contrato;
8. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 653 e 684 do Código Civil; não outorgaram qualquer outra procuração ou documento semelhante com os mesmos poderes previstos no Anexo III deste Contrato;
9. após a realização das devidas diligências, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente, inclusive, de natureza socioambiental, envolvendo a Fiduciante, que possam impedir a constituição da Alienação Fiduciária em garantia objeto deste Contrato;
10. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios que sejam necessários à constituição e manutenção da Alienação Fiduciária em garantia objeto deste Contrato;
11. este Contrato constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculante da Fiduciante, exequível em conformidade com os seus respectivos termos e condições;
12. não existe qualquer (a) disposição ou cláusula contida em acordos, contratos ou avenças, que restrinjam a Alienação Fiduciária, observado o disposto no presente Contrato; ou (b) no melhor conhecimento da Fiduciante, reivindicação, demanda, ação ou discussão judicial, inquérito ou processo pendente ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade que possa afetar negativamente, prejudicar ou depreciar o Imóvel e a Alienação Fiduciária ora constituída;
13. não recai sobre o Imóvel qualquer infração, responsabilização, inquérito, investigação ou medida judicial ou administrativa de ordem ambiental;
14. o Imóvel não está sofrendo nenhum embargo ou restrição por conta de infração de natureza ambiental, não existe qualquer reivindicação, demanda, ação judicial, inquérito ou processo arbitral, judicial ou administrativo pendente ou, tanto quanto a Fiduciante tenha conhecimento, ajuizado, instaurado, proposto ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade competente com relação ao Imóvel e à Alienação Fiduciária em si que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar, por qualquer forma, a presente Alienação Fiduciária;
15. não há restrições de uso, inclusive restrições urbanísticas, ambientais, sanitárias, de acesso ou segurança, relacionadas ao Imóvel, que afetem ou possam vir a afetar o Imóvel, ou, ainda que indiretamente, a presente garantia;
16. o Imóvel atende às exigências impostas pelos órgãos competentes;
17. não tem conhecimento de processos, no âmbito federal, estadual e municipal, que visem a declarar o Imóvel ou seu entorno, ainda que parcialmente, de utilidade pública, como área de reserva indígena, como área de ocupação tradicional de descendentes de quilombos ou, ainda, tombados, parcial ou totalmente, para qualquer finalidade e não há processos de desapropriação, servidão ou demarcação de terras envolvendo, direta ou indiretamente, o Imóvel, que afetem ou possam vir a afetar o Imóvel, ou, ainda que indiretamente, a presente Alienação Fiduciária;
18. o Imóvel não se localiza em área que a lei conceitua como de entorno de outro bem tombado, declarado de utilidade pública ou desapropriado;
19. não há quaisquer restrições ambientais, sanitárias, de acesso ou segurança relacionadas ao Imóvel, que afetem ou possam vir a afetar a regular utilização do Imóvel
20. a celebração deste Contrato é compatível com a sua condição econômico-financeira, de forma que a Alienação Fiduciária do Imóvel realizada nos termos deste Contrato não afetará sua capacidade de honrar com quaisquer de suas obrigações, conforme as mesmas venham a se tornar devidas; e
21. não obstante uma possível caracterização do Imóvel dado em garantia como bem essencial às atividades da Fiduciante, nos termos do disposto no artigo 49, parágrafo 3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada de tempos em tempos (bens de capital necessários à sua atividade empresarial), a Fiduciante declara que não invocará o referido dispositivo com o objetivo de impedir, suspender ou de outro modo prejudicar a execução das Obrigações Garantidas, renunciando qualquer prerrogativa, atual ou futura, de pleitear ou de qualquer forma discutir, em juízo ou fora dele, o reconhecimento da essencialidade ou de qualquer argumento correlato que venha a impedir/obstar a excussão da Alienação Fiduciária.

5.2. A Fiduciante se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, excetuados lucros cessantes), decorrentes deste Contrato e incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, em razão da inveracidade, incompletude ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Quinta.

5.2.1. A indenização a que se refere a Cláusula 5.2 acima deverá ser paga em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário.

5.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.2 acima, a Fiduciante se obriga a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso tenha conhecimento de qualquer fato que, de forma comprovada, torne quaisquer das declarações aqui prestadas total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas, e que possa prejudicar a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato.

5.4. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas pela Fiduciante deverão também, no que couber, ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvadas as atualizações devidas e necessárias.

# CLÁUSULA SEXTA

**COMUNICAÇÕES**

7.1 Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

*(i) Se para a Fiduciante:*

**ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.**

Avenida Beira Mar 05, nº 2.900, Figueira do Pontal

CEP 89.249-000, Itapoá, SC

At.: Sr. Cássio José Schreiner / Sr. Thiago Leandro da Silva Gama

Telefone: (47) 3443-8506 / (47) 3443-8501

E-mail: cassio.schreiner@portoitapoa.com.br / Thiago.gama@portoitapoa.com.br

*(ii) Se para o* Agente Fiduciário*:*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, sala 1401

CEP 04534-002, São Paulo, SP

At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo Farme D’Amoed Fernandes de Oliveira Tel: (11) 3090-0447 / (21) 2507-1949

E-mail: spestruturacao@simplificpavarini.com.br

7.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

7.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

# CLÁUSULA OITAVADISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste Contrato.

8.2. A garantia prevista neste Contrato será independente de quaisquer outras garantias prestadas ou que venham a ser prestadas em favor dos Debenturistas, de modo que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, poderá, a qualquer tempo, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas.

8.3. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores e cessionários, a qualquer título, ao seu fiel e integral cumprimento.

8.4. As Partes não poderão ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato a quaisquer terceiros, a qualquer título, exceto com o prévio e expresso consentimento da outra Parte.

8.4.1. O disposto na Cláusula 8.4 acima não se aplica à cessão decorrente da substituição do Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão.

8.5. Qualquer alteração, modificação, aditamento, complemento ou renúncia dos termos e condições deste Contrato somente será considerado válido se formalizado por escrito, em instrumentos próprios assinados por todas as Partes, observado o disposto na Cláusula 2.1 deste Contrato.

8.6. A invalidação, nulidade ou inexequibilidade, no todo ou em parte, de qualquer disposição deste Contrato não afetará as demais disposições deste Contrato, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação, nulidade ou inexequibilidade de qualquer disposição deste Contrato, as Partes obrigam-se a negociar, na medida permitida pela legislação aplicável, de boa-fé e no menor prazo possível, uma alteração a este Contrato a fim de substituir a disposição declarada inválida, nula ou inexequível por uma nova que seja válida e vinculante e observe a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da disposição declarada inválida, nula ou inexequível, bem como o contexto em que se insere.

8.7. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

8.8. As Partes desde já concordam que, em caso de conflito entre as disposições específicas constantes do presente Contrato e as genéricas e/ou amplas constantes da Escritura de Emissão, que se refiram inclusive, mas não somente à presente alienação fiduciária, as disposições deste Contrato deverão prevalecer. Fica desde já estabelecido, nesse sentido, que a existência de cláusulas e condições específicas neste Contrato, que porventura não estejam descritas na Escritura de Emissão, deverão ser interpretadas como sendo complementares (e vice-versa) àquelas.

8.9. A Fiduciante concorda, como condição deste Contrato, no que lhe disser respeito, em tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, e em praticar tais medidas de modo a possibilitar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, o bom exercício de todos os seus direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

8.10. Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, em decorrência de registros, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, ao recebimento do produto da excussão da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros custos ou despesas relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas, será de responsabilidade da Fiduciante, devendo ser reembolsado ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento pela Fiduciante de notificação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados.

8.11. Fica assegurado ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, o amplo direito de verificar a integridade do Imóvel, podendo, desta forma, solicitar à Fiduciante que lhes forneçam, a qualquer momento, declaração de manutenção do registro da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, nos termos previstos neste Contrato e na Escritura de Emissão.

8.12. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos dos incisos II, III e V do artigo 784 do Código de Processo Civil.

8.13. Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica de quaisquer das Obrigações Garantidas, inclusive dos compromissos e obrigações decorrentes deste Contrato, nos termos dos artigos 497, 536, 806 e 815 do Código de Processo Civil.

8.14. Para fins deste Contrato, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

# CLÁUSULA NONA TÉRMINO DO CONTRATO

9.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, e permanecerá em vigor até o término do Prazo de Vigência, quando ficará automaticamente extinto e os direitos de garantia ora constituídos ficarão desconstituídos.

9.1.1. Para fins da determinação do término do Prazo de Vigência, o cumprimento integral das Obrigações Garantidas será comprovado por termo de liberação assinado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, a ser entregue à Fiduciante em até 10 (dez) Dias Úteis após a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, observando-se ao quanto disposto na Cláusula 1.2 acima.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

**INSPEÇÃO**

10.1. O Agente Fiduciário poderá, mediante notificação prévia nesse sentido à Fiduciante, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, o Imóvel, verificando seu estado de conservação, sujeitando-se a Fiduciante às penas da lei, caso não proceda à exibição do Imóvel na data estipulada na notificação prévia.

10.2. O Agente Fiduciário poderá contratar, às expensas da Fiduciante, terceiros para examinar o Imóvel. Nessa hipótese, todos os direitos do Agente Fiduciário relacionados à coleta de informações e à tomada de providências em relação ao Imóvel poderão ser exercidos diretamente por tais agentes, em benefício do Agente Fiduciário, cuja designação deverá ser previamente informada à Fiduciante, mas independerá da anuência destas.

# CLÁUSULA DÉCIMA LEI APLICÁVEL E FORO

11.1. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

11.2. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

11.3. [As Partes reconhecem que as declarações de vontade das Partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. Na forma acima prevista, o presente Contrato, assim como os demais documentos relacionados ao presente Contrato e aos Instrumentos Garantidos podem ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta Cláusula.] [**Nota MMSO:** confirmar se a assinatura será digital.]

[O presente Contrato é firmado por cada uma das Partes em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.] [**Nota MMSO:** confirmar se a assinatura será digital.]

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

*Página de assinatura 1/3 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças"*

**ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: [=] | Nome: [=] |
| Cargo: [=] | Cargo: [=] |

*Página de assinatura 2/3 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças"*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: [=] | Nome: [=] |
| Cargo: [=] | Cargo: [=] |

*Página de assinatura 3/3 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças"*

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**ANEXO I****DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**

[***Nota MMSO****: A ser inserido conforme versão final da EE*]

**ANEXO II**

**CÓPIA DA MATRÍCULA**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA**

Ao [=] dias do mês de janeiro do ano de dois mil vinte e um ( [=] de janeiro de 2021), na Cidade de [=], Estado de [=], perante mim, [=], Tabelião do [=]º Oficio de Notas, com sede na [=], compareceu como Outorgante: **ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, na Avenida Beira Mar 5, nº 2.900, bairro Figueira do Pontal, CEP 89249-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF'') sob o n° 01.317.277/0001-05, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42300024180, neste ato devidamente representada na forma de seu estatuto social (“Outorgante''), e por quem me foi dito que por estes, **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, atuando por sua filial da na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, conj 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n 15.227.994/0004-01, na qualidade de representante da totalidade dos debenturistas da quarta emissão pública de debêntures simples da Outorgante (“Debenturistas'') (doravante designada simplesmente "Agente Fiduciário” ou "Outorgado”), ao qual confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para, representar a Outorgante de acordo com os termos da Alienação Fiduciária (a seguir definida), perante todos e quaisquer órgãos, públicos ou não, em todos os atos necessários ao efetivo cancelamento de toda e qualquer penhora, arresto ou outros ônus reais, gravames e restrições de qualquer natureza, que venham a recair sobre o imóvel alienado fiduciariamente por ela, Outorgante, ao Outorgado, por meio do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças (“Alienação Fiduciária” e “Contrato”, respectivamente), celebrado em [=], referente ao Imóvel objeto da matrícula n° 25.656 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, Estado de Santa Catarina (“Imóvel”). Outrossim, confere-lhe ainda poderes para representá­ la perante todos e quaisquer órgãos, públicos ou não, em quaisquer atos ou instrumentos necessários para (i) aperfeiçoamento, manutenção e registro da Alienação Fiduciária supra referida, especialmente aqueles que visem suprir equívocos, omissões ou exigências dos órgãos aos quais dita alienação seja submetida, notadamente os Oficiais de Registro de Imóveis competentes, inclusive diante da necessidade de conversão dos instrumentos particulares de garantia, em instrumentos públicos, Secretaria do Patrimônio da União e Secretaria da Receita Federal, inclusive para fins de obtenção de quaisquer documentos necessários para formalização ou execução das garantias ora tratadas, como requisição e emissão de certidões, entre outros, assinando aditivos, inclusive para formalização de ajustes do valor do Imóvel, requerimentos, petições e o que mais preciso for, desde que respeitadas as condições comerciais daquela Alienação Fiduciária, dentre elas, em especial, valores e índices, e (ii) em caso de execução da Alienação Fiduciária, transmissão de todos os direitos que detém sobre a Inscrição de Ocupação cadastrada na Secretaria do Patrimônio da União sob os sob o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de n°s: [(a) 81150000065-03, com área de 330,00m 2; (b) 99850000002-43, com área de 480,00m2; (c) 99850000003-24, com área de 1.386,00m2; (d) 99850000040-79, com área de 1.155,00m2; (e) 99850000050-40, com área de 1.976,00m2; (f) 99850100002-89, com área de 6.125,84m2; (g) 99850100004-40, com área de 495,00m2; (h) 99850100020-60, com área de 568,70m 2; (i) 9985 0100021-41, com área de 582,30m2; (j) 9985 0100022-22, com área de 2.067,90m2; (k) 99850100023-03, com área de 602,00m2; (l) 99850100025-75, com área de 840,75m2; (m) 9985 0100026-56, com área de 275,00m2; (n) 9985 0100027-37, com área de 292,90m 2; (o) 9985 0100028-18, com área de 530,55m2; (p) 99850100029-07, com área de 1.377,68m2; (q) 99850100030-32, com área de 375,00m 2; (r) 99850100036-28, com área de 304,13m 2; (s) 99850100038-90, com área de 644,75m2; (t) 99850100039-70, com área de 596,74m2; (u) 9985 0100046-08, com área de 495,00m2] [**Nota MMSO**: Cia, favor confirmar RIPs]; ao Outorgado ou a terceiro por eles indicado. Para o perfeito desempenho do presente mandato, poderá o Outorgado praticar todos os atos indispensáveis, por mais especiais que sejam, o que tudo dará a Outorgante por bom, firme e valioso. O presente mandato é irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil e vigerá até a integral quitação e cumprimento de todas as obrigações garantidas pela Alienação Fiduciária. O Outorgado poderá substabelecer os poderes ora outorgados, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes. A presente procuração será válida pelo prazo de vigência do Contrato. Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos neste instrumento terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato. Assim dizem, pedem e lavro a presente que, lida em voz alta, acham em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam. Escrita pelo escrevente [=] e assinada pelo Tabelião [=]. Dou fé. [Fechamento do cartório]